

COLONIZAÇÃO RECENTE NO SUDESTE DE RORAIMA, AMAZONIA BRASILEIRA: ENTRE A POLÍTICA E A NATUREZA

Gersa Maria Neves MOURÃO¹
Universidade Federal de Roraima

Resumo

Este artigo mostra a dinâmica da colonização recente no Sudeste de Roraima, a partir das ações dos governos com relação à ocupação de “novas terras”, contextualizando as políticas de ordenação do território e a transformação dos espaços naturais. Assim, apresenta a trajetória da colonização recente para entender seu significado, refletindo os encontros e, sobretudo, os desencontros entre a política e a natureza. No estado de Roraima, particularmente na região Sudeste, a ocupação dos espaços rurais ocorrida nos últimos 30 anos, vem simultâneo ao desinteresse político, à utilização de sistema de cultivos não apropriados e à exploração indiscriminada dos recursos naturais. A substituição da mata por cultivos e pastos no coração da floresta mostra, de forma clara e preocupante, as transformações que a ação “institucional, demográfica e cultural” provoca na natureza. Nesta panorâmica, ainda se observa o drama da população indígena, suas culturas e paisagens bem contrastadas, minoritárias e pressionadas pelos efeitos da ação colonizadora. Portanto, os estudos básicos sobre modelos de colonização, espaço agrário e espaços naturais, levantamento de dados socioeconômicos e ambientais, observações diretas em campo, evidenciam que, o balanço, ecológico, socioeconômico e político administrativo nos assentamentos rurais do sudeste de Roraima não é satisfatório para o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Colonização, Assentamentos, Espaços naturais.

Abstract

This article shows the dynamics of the recent colonization in the southeast of Roraima, from the action of governments in relation to the occupation of “new lands”, contextualizing the policies of regional planning and processing of natural areas. So, it presents the way of the recent colonization to understand its significance, reflecting the meetings, and, specially, the disagreements between politics and nature. In the state of Roraima, specially in the southeast region, the occupation of rural areas within the last 30 years, occurs with the lack of political interest, with the use of inappropriate crop system and the indiscriminated exploitation of natural resources. The replacement of the forest for crops and pastures in the heart of the forest shows, in a clear and worrying way, the changes that the “institutional, demographic and cultural action, causes in the nature. On this background, is still observed the drama of the indigenous population, their contrasting cultures and landscapes, minority and pressed by the effects of the colonization action. So, the basic studies on colonization models, agrarian spaces and natural areas, survey of socioeconomic and environmental data, direct observations in the place, shows that the ecological, socioeconomic and political administration in the rural settlements of Rroraima is not suitable for the development of the region.

Keywords: colonization, rural settlements, natural spaces.

INTRODUÇÃO

A colonização e os assentamentos rurais não são temas recente nem pouco estudados nos meios científicos. No entanto, constituem uma linha de investigação, recorrente e importante nos meios sindicais, políticos, acadêmicos e empresariais, nos anos 50, 60 e 70, que foi acompanhada de uma agitação e subversão no meio rural, que estava esquecida nos anos 80, e ressurgiu com grande força nos meios mencionados acima, a partir da década de 90.

Estas rediscussões foram estimuladas pelos eventos: agitações, marchas, invasões de terras, formações de milícias, grupos de Sem Terras, massacres, mortes de fazendeiros e de Sem Terras, desemprego provocado pelos avanços técnicos no campo e cidade, que foram destacados nos últimos dez anos. O desemprego e a pressão fundiária em áreas de velho povoamento se acentuam e se põe em marcha de forma intensiva à ocupação da Amazônia. No entanto, as rediscussões da colonização na Amazônia estão acompanhadas ou desenvolvidas por uma ideologia ambiental. Nesta pers-

pectiva, em que base teórica se concebe a colonização da Amazônia. Como se desenvolve e funciona em regiões peculiares e em áreas específicas o processo de ocupação. Para tais interrogantes, o estudo não pretende oferecer uma solução acabada, mas ajudar a pensar e a tomar consciência da multiplicidade de soluções possíveis e da viabilidade política, econômica, social e natural da sua configuração concreta.

O caso do sudeste de Roraima, levando em conta a evolução dos acontecimentos locais e sua configuração espacial, é um exemplo que se inscreve neste contexto. Aqui, geralmente as experiências concretas de ocupação podem ser analisadas à luz do acelerado processo de expansão territorial e das transformações ocorridas no meio ambiente local, até níveis cada vez mais complexos. Em parte, esta complexidade é resultado dos erros e fracassos das políticas de ocupação territorial enfatizadas na exploração da floresta (madeira) e dos recursos minerais (ouro e diamante) da área.

Os estudos sobre a ocupação territorial do estado de Roraima, particularmente do sudeste e sua relação com o meio ambiente são muito recentes (a partir de 1990). Na literatura geográfica, um dos trabalhos de grande importância é o livro de Barros (1995) "Roraima, paisagens e tempo na Amazonia setentrional". Barros analisa a ocupação e tendências de ocupação em as fronteiras do Brasil (Roraima) com Venezuela (Gran Sabana) e Guyana ex inglesa (Savanas do Rupununi).

Um trabalho não menos importante é a tese doutoral de MacMilan (1993), "Gold Mining and Land-Use Change in the Brazilian Amazon", que discute entre outros aspectos, a atividade mineira (garimpeira) e suas consequências no setor agropecuária.

Outros trabalhos como por exemplo, Radam (1975); Heming (1990); Farage (1991);

PDR (1992); Barbosa (1992, 1994 y 1997); Cruz e Santos (1993); Agostinho (2001) entre outros são fontes de grande valor para estudos sistemáticos que ajudam a compreender a nova configuração que o estado de Roraima foi adquirindo ao longo de sua ocupação.

ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Nos últimos 30 anos, o processo de ocupação econômica e demográfica da Amazônia segue um padrão de desenvolvimento que impõe uma modernização, criando grandes oportunidades para penetração do capital, uma vez que os grandes projetos teriam como objetivo promover a ocupação efetiva, a organização agrícola e a exploração de minérios de grandes áreas da Amazônia, com o fim de integrar o espaço econômico-social brasileiro e orientar e incentivar, por um lado, a imigração de Nordestinos para a Amazônia e por outro lado, fixar agricultores no Nordeste com cultivos irrigados; dando origem a uma série de medidas concretizadas em programas específicos, como exemplo a criação em 1967, da SUDAM -Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia, e a publicação do Decreto número 63.104 de 14 de agosto de 1968, estabelecendo diretrizes para a ocupação da Amazônia, a partir dos núcleos de povoamento já existente na faixa de fronteira e de áreas prioritárias, sobre as quais se previam a implantação de Projetos de Colonização mediante a ação integrada de diversos órgãos convidados a intervir no processo, Neves e Lopes (1979: 80).

Com os esforços dos departamentos de terras para fixar os imigrantes nas margens das rodovias, desencadeia-se um novo capítulo na história do povoamento da Amazônia. Mas nesta etapa, convém aclarar que a colonização

por pequenos produtores ocorreu mais como resposta a um movimento espontâneo que pela a iniciativa do Estado (Foweraker, 1982: 178). Segundo este autor, o fracasso nesta etapa foi mais uma vez, devido à especulação não só econômica como, também política. De fato, a maioria dos projetos de colonização oficial, foram povoamentos espontâneos, usados com fins eleitorais, ou seja, se tratava de dezena ou centenas de imigrantes que recebiam lotes arbitrariamente, sem que houvesse de fato uma colonização.

Como resultado destas políticas e pese o forte crescimento dos incentivos fiscais: do desenvolvimento agroindustrial; até mesmo o “fim” do isolamento físico; no final dos anos 70 houve um retrocesso na distribuição dos incentivos fiscais, com um forte deterioro da situação social e do meio ambiente, devido aos crescentes custos da aglomeração urbana e do processo de desmatamento em todos os quadrantes da Amazônia.

No Estado de Roraima, esta ocupação foi empreendida sobre um território físico de grande potência hidrográfica e vegetal. A superfície do Estado de Roraima coincide em quase sua totalidade com a bacia do rio Branco, principal via de acesso usada pela ação colonizadora portuguesa, pelos agropecuários, garimpeiros, colonos e trabalhadores em geral das obras públicas na cidade de Boa Vista, capital do Estado; quanto à vegetação, se pode destacar, principalmente, dois tipos: Florestas e Savanas. A floresta ocupa um 83% do Estado de Roraima, áreas montanhosas e de planícies sedimentarias, com altos índices de precipitações e elevada umidade.

A implantação da rodovia BR-174, incrementou sem dúvida o povoamento no estado de Roraima. Um grande número de imigrantes começou a ocupar suas terras, de

forma espontânea e com apoio da Prefeitura de Caracaraí, sendo estes programas de assentamentos regularizados anos mais tarde pelo governo do Estado e pelo o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Neste processo de povoamento, não só foram atraídos colonos de outras regiões, pela a oferta de terras disponíveis, como também, agropecuários e madeireiros de Roraima, que recorreram à colonização, para participar desta larga marcha de apropriações de terras e recursos em direção ao Sul e Sudeste do Estado.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE DE RORAIMA

O estudo dos assentamentos rurais no Sudeste de Roraima, região localizada ao norte da linha do equador e caracterizada por domínios de florestas tropicais úmidas, constituídas em sua maior parte por planícies e por serras que margeiam sua fronteira com a Guiana ex-inglesa, tem um grande significado na colonização da Amazônia brasileira, pois encontramos aqui dados importantes derivados da sua localização na floresta Amazônica. Dos 51.702,10 Km² que compreende a região Sudeste, um 28% correspondem a reservas indígenas e aproximadamente um 25% foi destinado à Colonização. Se deve destacar, as singulares vias construídas com fins estratégicos e militares, para assegurar suas fronteiras. Também, a extraordinária riqueza de paisagens e as condições do meio natural (sistemas montanhosos de orogenia recente, velhos maciços, grandes rios, selva tropical densa, selva tropical aberta, o potencial madeireiro, o ouro e demais riquezas minerais), que dão a conhecer a exuberância e a fragilidade do suporte dos recursos naturais que essa natureza possui.

O INCRA estabelece seus programas de apoio à colonização e com ajuda dos políticos locais, desenhou um projeto de colonização e com metas a cumprir, cujos objetivos principais eram: regularização fundiária, assentamento de novos colonos com a expansão de projetos já existentes e criação de outros, concessão de créditos para a produção agropecuária, construção de caminhos vicinais, organização de cooperativas, assistência técnica aos colonos e supervisão de créditos. Estes assentamentos teriam 15 anos para se emanciparem. Na prática estes critérios ficaram longe de serem cumpridos.

A maioria dos projetos de assentamentos nesta região, são frutos de interesses políticos locais ou de circunstâncias específicas, posto que, sendo a terra “livre” e a crise em outros Estados, muito acentuada, um colono traz toda sua família do Centro Sul ou Nordeste brasileiro e seu sustento depende diretamente das ações do poder público local. Ademais, as evidências comprovam que a solvência do Estado só alcança aos serviços públicos (hospitais, escolas, postos telefônicos, etc.) e de forma muito precária.

Em um sentido geral, os projetos de assentamentos, que nos últimos 30 anos, atraíram para a região um sem número de imigrantes (sem terras, agricultores, madeiros e comerciantes), expulsos das cidades do Centro Sul e Sudeste do Brasil, conformando a base de uma população muito diversa, evidenciam um caso de abandono político.

A POLÍTICA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS.

A política é um fato inerente à ação oficial no que diz respeito à colonização empreendida e desenvolvida pelo INCRA.

Essa forte relação política com os projetos de assentamentos se inscreve no interesse político em apoiar os colonos que espontaneamente vão se assentando, distribuindo-lhes parcelas (lotes), sem que de fato haja uma colonização. Tanto no Sudeste como em todas as regiões de Roraima, a Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima, depois ITERAIMA – Instituto de Terras do Estado de Roraima- e o INCRA, são os condutores dos assentamentos. A partir de 1995, proliferaram os projetos de assentamentos em todo o Estado, tanto que em um lastro de cinco anos, passam de 06 a 31 assentamentos. Atualmente são, aproximadamente, 60 assentamentos. Na região Sudeste, ademais de triplicar o número de assentamentos, expandem os projetos já existentes, ou seja, vicinais antes com 12 km. de extensão, passam para 30 Km.

Estes assentamentos sem planejamento e conduzidos, em sua grande maioria por políticos e madeiros, levavam os colonos aos lotes, se organizavam para reivindicar a regularização dos assentados junto ao INCRA e conseguir o crédito rural. A ingerência política nos órgãos públicos –INCRA, FUNAI, IBAMA-, e a falta de fiscalização e gestão, faz com que estes projetos fiquem condenados ao abandono, e constituem, principalmente, territórios de domínio político e econômico. O exemplo mais claro é o projeto de assentamento Anauá, localizado no município de Rorainópolis, que foi o que mais cresceu demograficamente, por ser estrategicamente pólo de apoio do fluxo migratório que tem acesso através da BR-174. Os efeitos deste processo se pode resumir da seguinte forma: 1. Alta concentração da população na cidade e a criação de pequenas cidades emblemáticas da ocupação Amazônica, todas em princípio funcionando como centros de serviços para

pioneiros e viajantes, se convertem em pólos de apoios à colonização (BARROS, 1995). No entanto, a prestação de serviços de expansão e conservação, carece de uma organização que garanta a regularidade da mesma, pois esta região recebe imigrantes todos os dias e muito deles vem pela segunda vez para reaver seus lotes abandonados e suas casas na cidade. 2. Grande especulação política com respeito aos dados demográficos. Segundo o delegado do IBGE-Roraima, as cifras estimativas do censo, particularmente no município de Rorainópolis, desde 1998 vem causando muita indignação das autoridades municipais e aos potenciais investidores, em função da desaceleração do crescimento populacional. O valor do Fundo de Participação dos Municípios depende do número de habitantes e se esperava chegar no município citado acima, aos 30 mil habitantes e o Censo computou somente 17 mil pessoas. 3. Pressão dos colonos sobre a ação do INCRA, pois as associações não são representativas. 4. Ingerência política na liberação de créditos e na seleção de colonos para participar dos projetos de assentamentos.

A concentração de terras é um processo que acompanha a todos os projetos de assentamentos e está relacionada com a insuficiência da política de colonização desenvolvida na Amazônia. No Estado de Roraima e particularmente no projeto de assentamento Jatapú, o INCRA variou substancialmente a ação oficial com respeito aos assentamentos empreendidos e desenvolvidos em parcerias com o Governo local e o Banco do Brasil. Enquanto levava colonos aos seus lotes, se dedicou a apoiar os colonos que espontaneamente se iam assentando, determinando dentro do projeto, áreas amparadas pelo governo, nas quais estes colonos podiam ascender a todos os serviços do INCRA.

Assim, a política de assentamentos se torna diferenciada, pois nem todos os colonos logram a consolidar-se e melhorar seu nível de vida, o que reforça a concentração de terras e a expulsão de colonos empobrecidos. Ademais, a política de distribuição de créditos, não foi correta, pois apesar de beneficiar a um 74% dos colonos instalados, houve interferência política na distribuição de créditos, ausência de fiscalização e falta de assistência técnica adequada. E as escolas e postos de saúde que se constroem não podem ser dotadas de materiais e instrumentos, e o governo local não cumpre com a nomeação do pessoal requerido para atender essas instalações.

Desta forma, o balanço social é desalentador e leva os colonos ao abandono ou venda de seus lotes, enquanto a especialização da pecuária com um tipo de produção extensiva, contribui para acelerar a diferenciação da estrutura agrária nos assentamentos rurais. No projeto de assentamento Jatapú, um 35% de sua área está destinada às fazendas. Podemos encontrar colonos com uma cabeça de gado, mas existem também, fazendas com 3.000 cabeças. A média geral é de 50 a 110 cabeças por família assentada.

Embora haja uma baixa fertilidade natural dos solos e um tipo de vegetação predominante, floresta densa; os cultivos e a prática da pecuária em pastagens plantadas, vêm apresentando uma capacidade de exploração ascendente. Desta forma, para os colonos, a análise técnica da fertilidade dos solos, não significa restrição no uso do mesmo, sobretudo neste sistema de cultivo primitivo (derrubada, queima e emprego das cinzas como fertilizantes); também se pode deixar a área em descanso por um longo período (05 a 10 anos), recuperando a fertilidade do terreno. A verdade é que se observa bons resultados para os

cultivos de arroz, mandioca e banana. A produção deste último, é destinada a intermediários que recorrem os cachos nos caminhos vicinais e levam aos mercados de Manaus e Boa Vista. No entanto, há muitas limitações, principalmente nos meios utilizados, como também, na assistência técnica que recebem. Uma grande parte dos colonos que tem terras nas rodovias ou nos caminhos mais próximos ao núcleo rural e de que não dispõe de mais terras para o cultivo, foi ao final destes caminhos, nas picadas, ocuparam novos lotes para o cultivo. Portanto, enquanto o regime de exploração e as técnicas agrícolas não se modificarem, o colono parece condenado ao empobrecimento, cultivando mais tempo terras esgotadas, ou a imigrar a novas terras, que deve desbravar antes que produzam.

Alguns imigrantes descendentes de agricultores instalaram-se na cidade, no ramo do comércio e assim, nos anos 90 aparece uma classe de pequenos e médios agropecuaristas que têm no comércio uma forma de capitalização seletiva. Foram conquistando terras através de influência política e comprando os lotes de colonos que preferiam buscar outros lugares ou voltar a suas origens. O surgimento desta nova classe de agricultores constitui, sem dúvida, um fator decisivo na história socioeconômica do assentamento.

A política de assentamento, todavia não logrou estabilizar o colono. Segundo as entrevistas realizadas em 1998 e depois em 2004, aproximadamente, um 49% destes colonos já viveram em um ou mais assentamentos da Reforma Agrária, e um de cada sete colonos fundadores, persiste na melhora dos seus lotes. Outro aspecto notório é a migração inter-regional, um 23% dos colonos provêm do próprio Estado de Roraima, em razão da impossibilidade de consolidar-se em um local, e

da má administração dos projetos de assentamentos. Também, os colonos que não abandonam seus lotes, o entregam a um parente ou vizinho. Este aspecto somado a escassa capacidade para desenvolver as atividades agrícolas, bem como, a política paternalista do governo (distribuir casas na periferia das cidades e alimentação básica), prejudica profundamente o processo de ocupação e integração do seu próprio espaço.

AÇÃO COLONIZADORA E PROBLEMAS AMBIENTAIS: UM CASO PENDENTE

A ação colonizadora no sudeste Roraima, mais especificamente no projeto de assentamento Jatapú, assume aspectos diferentes dos outros lugares do Brasil. São culturas distintas que se encontram e se inter-relacionam pela ação do governo. Apenas existe o interesse em povoar, desenvolver a região e assegurar suas fronteiras. A trajetória dos assentamentos –relação dos funcionários com os assentados, a forma de liberação do crédito, as idas e voltas dos executores do INCRA- implicam um conjunto de fatores que se convergem e apresentam um importante jogo de interesses: o poder local, a manipulação e a conseqüente dependência dos colonos.

O Meio Ambiente é outro fator crítico. A ausência de educação ambiental é um grande problema e começa pela falta de controle por parte dos funcionários, que não operam de forma adequada, seja pela carência de infra-estruturas, de recursos humanos ou por questões políticas. Por outra parte, a ação e gestão colonizadora, ou seja, o processo e a forma de assentamento dos colonos, são muito flexíveis –antes o governo havia buscado no Sul do Brasil homens com vocação capitalista, para povoar, colonizar e assentar, aos quais

distribuiu terras de 100 a 600 ha., sem entregá-lhes o título de propriedade. O assentamento patrocinado pelo Estado, através de entidades fiscais, com uma colonização dirigida e de apoio, utilizando um sistema de créditos e arrecadação de terras, e a possível titulação de áreas, veio a complementar e impulsionar a produção do espaço social e a transformação do espaço natural.

Ademais, o Estado de Roraima, ao contrário de outros Estados da Amazônia e Brasil, ainda apresenta uma grande disponibilidade de terras, o que constitui uma esperança real de assentamentos de imigrantes sem terras. Segundo dados do INCRA, dos 16.162 lotes disponíveis nos assentamentos, menos da metade haviam sido distribuídos antes de janeiro do ano 2000. Atualmente o panorama geral não é muito diferente. Desta forma, uma multiplicidade de ações empreendida pelo Estado em interesse do assentado, gera por sua vez, a existência de numerosos pressupostos, nos quais as atividades dos colonos se vêm afetadas por razões políticas ou meio ambientais. E os incentivos para fixar o ser humano ao meio rural, são politicamente manipulados, sem fiscalização por parte da sociedade; enquanto que o IBAMA e demais órgão ambientais, não conseguem dar respostas aos problemas da Natureza.

À luz de alguns fundamentos ecológicos, o desmatamento (derrubada e queimada ou queimada direta), modifica e transforma indiscriminadamente todos os elementos do ecossistema Amazônico, caracterizado por seu permanente equilíbrio. Existem várias e diversas conseqüências derivadas da substituição da floresta pelo sistema de cultivos e ou pastagens, que consiste na prática de todos os projetos de assentamentos na Amazônia, Roraima. Assim, a sociedade ao modificar a

floresta primária para estabelecer-se, desequilibra o ambiente, tornando-se vítima da sua própria intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto se deduz que, apesar dos objetivos e metas que o Governo Nacional propôs a alcançar com seus planos de desenvolvimento regional, de colonização e assentamento rural, não se teve em conta um diagnóstico adequado da ação colonizadora e da potencialidade dos recursos naturais da região.

No Estado de Roraima, o êxito das políticas de expansão territorial, que em seu momento, se aplicaram para ajudar a resolver a crise social de outras regiões, aumentou consideravelmente a população do Estado e gerou uma fronteira de extrema diversidade, dependência e complexidade. A fronteira de expansão ainda segue aberta, posto que a terra é abundante, "livre" e os jogos de interesses dos administradores e planejadores não são de todo claros.

A progressiva deterioração do meio ambiente, os desequilíbrios no uso do solo e os encontros\desencontros de culturas diferentes, podemos assinalar que seguem sendo aspectos destacáveis na paisagem e às vezes supõem mutações radicais da situação precedente, que alguns qualificam como mudanças catastróficas. É evidente que na atualidade, temos que adaptar a visão de desenvolvimento às próprias necessidades e realidade, mas sempre dependerá dos recursos naturais e da floresta. O desafio se encontra em idealizar a forma que o estado promoverá o referido desenvolvimento num espaço que se enfrenta às mais diversas dificuldades, desde a falta de energia, rodovias, até os numerosos problemas de demarcação de terras indígenas e a expulsão dos fazendeiros destas terras.

Mediante uma análise de todo o processo de colonização e assentamento rural no Estado de Roraima, particularmente do Sudeste, é possível constatar que o modelo de ocupação de Roraima falhou e esta falha se inscreve no contexto nacional e regional. São numerosos os problemas que afetam a este modelo de colonização. Igual que no resto do país, constatamos que no estado de Roraima existe uma grande concentração de terras. Um 73% das propriedades rurais possuem superfície de mais de 1.000 hectares, com um reduzido aproveitamento do solo agrícola e baixa produtividade. O êxodo rural é outro fator importante e está presente em todo o País. Os equipamentos sociais e de bem estar, saúde, educação e infra-estruturas são ineficazes.

No entanto, uma política que corrija os erros atuais, é possível e necessária para o desenvolvimento da região. À parte das possibilidades existentes de aproveitamento agrícola, pecuário, florestal e mineiro, também se pode planejar o aproveitamento dos recursos hidrelétricos e turísticos, como setores produtivos e de desenvolvimento socioeconômico da região, depois de calcular seu custo ecológico.

Os novos modelos de assentamentos que garantam um desenvolvimento sustentável devem apoiar-se na pesquisa, na formulação e avaliação de projetos de desenvolvimento econômico e social e ser promovidos e coordenados pelos órgãos nacionais e regionais de desenvolvimento. Ademais, os Centros de educação e pesquisa da Amazônia, particularmente de Roraima, devem dedicar-se à produção de um conhecimento voltado à realidade local e que permita uma aproximação entre ciência e sociedade. Atualmente, existem importantes programas de ensino, pesquisas e extensão em

nossas Universidades, mas é grande a carência de recursos econômicos, técnicos e humanos, o que dificulta a atividade científica na prática. No entanto, muitas decisões podem e deve ser tomadas para que dentro destas limitações a atividade e o papel que desempenha a Universidade sejam a resposta idônea às necessidades que a sociedade almeja.

Talvez, atendendo a uma perspectiva meio ambiental, poderia ter sido mais respeitoso com a natureza, ter organizado uma exploração turística da floresta, mas exigiria a existência de uma rede hierarquizada dos assentamentos e uma organização administrativa menos venal e corrupta que a atual. Ainda que o resultado deste processo de colonização, não tenha compensado o esforço realizado, o futuro não está escrito, e o ser humano é dono do seu destino.

NOTA

¹ Doutora em Espaço Geográfico, Organização do Território pela Universidade de Valladolid, Espanha. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima-UFRR. E-mail: gersamourao@yahoo.com.br.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. N. (1972): O Relevo Brasileiro e seus problemas, in AZEVEDO (Org.): *Brasil a terra e o homem, bases físicas*. São Paulo, Nacional, volume I.

_____ (1987): *Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia; questões de escala e método*. Manaus, IPEA\CEPAL.

ALBERTIN, C. (Org.) (1988): *Fronteira*. Brasília, Universidade de Brasília.

ALMEIDA, A. L. O. (1992): *Colonização dirigida na Amazônia*. Rio de Janeiro, IPEA.

ANDRADE, M. C. (1995): "Formação territorial do Brasil", in CHRISTOFOLETTI, A.; et all (Orgs.): *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro, Hucitec.

- BARBOSA, R. I. (1992): *Ocupação Humana em Roraima I*. Boa Vista. Xerox.
- BARROS, N.C.C. (1995): *Paisagem e tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. Recife, ed. Universitária da UFPE.
- COSTA, L. P. (1998): *Análise da Política fundiária do estado de Roraima*. Boa Vista-Roraima, Unigrafica.
- CROCIA, N. C. B. (1994): *The frontier cycle: a study of the agriculture frontier settlement in the Southeast of Roraima Brazil*. Working paper 4. Department of Geography, University Durham.
- CRUZ, S. A. de S. y SANTOS, H. A. dos (1993): O dilema de Roraima, terra de índios e minérios: aspectos políticos e legais da garimpagem, mineração e a questão fundiária-indígena de Roraima. Boa Vista, xerox.
- FARAGE, N. (1986): *As Muralhas dos sertões*. Campinas, Unicamp. (Tesis doctoral).
- FLOWERAKER, J. (1982): *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HEMMING, J. (1990): *Roraima: Brazil's Northernmost frontier*. University of London I. of Latin American Studies.
- IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) (1994): *Amazônia, uma proposta interdisciplinar de educação ambiental*. Brasília (apostila).
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (1960, 1970, 1980, 1991, 2000) *Censos demográficos de Roraima*. Rio de Janeiro.
- INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (1971): *Metodología para programação operacional dos projetos de assentamento de agricultores*. Brasília (mimeo).
- _____ (1982): *Projeto Fundiário Roraima/Programa de Assentamento Rápido (PAR Jatapú) Glebas: Branquinho, BR-203-I e Baliza*. Boa Vista, Coordenadoria Geral Extremo Norte.
- _____ (1982): *Programa de Assentamento Rápido (PAR) Gleba Jauaperi*. Boa Vista, 12 págs.
- _____ (1983): *Programa de Assentamento Rápido (PAR) Jatapu*. Boa Vista.
- _____ (1979): *A organização do espaço na faixa Transamazônica*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- KITAMURA, P. C. (1994): *Desenvolvimento sustentável: uma abordagem para as questões ambientais da Amazônia*. Campinas: UEC. Campinas (Tese doutoral).
- LENA, E. O. (Org.) (1992): *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém, CEJUP\MPEG.
- NEVES, A. M. e LOPES, A. M. T. (1979): *Os projetos de colonização*, in IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): *A organização do espaço na faixa Transamazônica*. Rio de Janeiro.
- PDRR (1992): *Plano de Desenvolvimento de Roraima, 92/95*. Boa Vista, Roraima, Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio.